

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei nº 6.404/76”).

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo a concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de execução de obra, recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR 381/MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte – São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e com o Contrato de Concessão e seus aditivos.

Parágrafo Único. É vedada alteração do objeto social da Companhia nos termos do Contrato de Concessão, salvo para incluir atividades que envolvam a exploração de receitas acessórias relacionadas diretamente às atividades objeto do referido Contrato.

Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Rodovia Fernão Dias, BR 381 – Km 850, Pista Norte, S/N – Quadra 19, Setor Industrial, Pouso Alegre/MG, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia será o mesmo do Contrato de Concessão e seus aditivos ou, no mínimo, o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social é de R\$ 2.081.013.750,55 (dois bilhões, oitenta e um milhões, treze mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 4.057.538.381 (quatro bilhões, cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e oito mil, trezentos e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Parágrafo Segundo. É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 6º. Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação.

**CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril do ano seguinte ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, nos termos da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral será convocada e instalada nos termos do previsto nos artigos 124 e 125 da Lei nº 6.404/76 e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro conselheiro ou, na ausência dos demais conselheiros da Companhia, por um acionista, observadas as prescrições legais e estatutárias. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 8º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo único. A legitimação e representação dos acionistas para a participação na Assembleia Geral deverá observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Dessa forma, qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador constituído, mediante procuração com poderes específicos, que ficará arquivada na sede da Companhia, observado o disposto no §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 9º. Além das matérias estabelecidas em lei ou de outras atribuições previstas no presente Estatuto Social, compete à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) estrutura da administração da Companhia;
- (b) remuneração global anual dos administradores;
- (c) aumento do capital social da Companhia;
- (d) redução do capital social da Companhia e/ou resgate de ações com ou sem redução do capital social;

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

- (e) criação de ações preferencias ou modificação dos direitos e vantagens das ações existentes;
- (f) aprovação de laudo de avaliação de bens a serem eventualmente incorporados ao capital social;
- (g) modificação do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social;
- (h) fixação da política de dividendos da Companhia e suas alterações, incluindo a redução do dividendo mínimo obrigatório;
- (i) fusão, cisão ou incorporação da Companhia;
- (j) dissolução ou liquidação da Companhia;
- (k) cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (l) solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência pela Companhia;
- (m) abertura do capital da Companhia e suas condições, incluindo o pedido e cancelamento do registro de Companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando tal iniciativa for da Companhia; e
- (n) autorização da emissão de debêntures, ressalvado o disposto no artigo 16 deste Estatuto Social.

Parágrafo Único. A aprovação de quaisquer matérias previstas no artigo 9º deverá observar, no que for aplicável, os documentos de governança da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A., CNPJ/MF sob o nº. 02.846.056/0001-97 (“Motiva”).

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo único. O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e a representação da Companhia é privativa dos Diretores.

Artigo 11. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos em até 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Único. A posse de membro do Conselho de Administração residente e domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante legal residente no País, com poderes específicos para receber citação, mediante procuração outorgada na forma do §2º do artigo 146 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 12. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e sua distribuição competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13. O Conselho de Administração da Companhia será composto por três membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente. Todos os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente, serão eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato unificado de dois anos, admitida a reeleição, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a posse dos novos membros.

Parágrafo Único. Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas pelo conselheiro que for por ele designado. No caso de vacância de qualquer dos cargos de conselheiro, o novo membro para substituí-lo deverá ser eleito mediante Assembleia Geral.

Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente, mediante convocação escrita com, no mínimo, um dia de antecedência, devendo constar na convocação, além do local, data e hora da reunião e os assuntos que constarão da ordem do dia da reunião.

Parágrafo 1º. Na hipótese de o Presidente retardar a convocação para as reuniões do Conselho de Administração por mais de cinco dias após o recebimento de solicitação escrita de qualquer de seus membros, a referida reunião poderá ser convocada por qualquer conselheiro, mediante envio de convocação escrita aos demais conselheiros, nos mesmos termos indicados neste Artigo 14.

Parágrafo 2º. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. Matérias que não sejam objeto da ordem do dia constante da convocação não devem ser objeto de deliberação em reuniões do Conselho de Administração, exceto se a reunião contar com a presença de todos os conselheiros e eles concordarem, por unanimidade, em apreciar tais matérias.

Parágrafo 4º. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quaisquer de seus membros. O secretário será nomeado pelo presidente da respectiva reunião.

Artigo 15. As reuniões do Conselho de Administração instalam-se com a presença de maioria simples de seus membros.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

Artigo 16. Competirá ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

- (a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar as suas atribuições;
- (b) aprovar a realização de investimentos e despesas de capital não previstos no Plano de Negócios;
- (c) aprovar (a) a emissão de debêntures não conversíveis em ações pela Companhia, em observância ao disposto no artigo 59, §1º da Lei nº 6.404/76; e (b) a emissão pública pela Companhia de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de dívida, independentemente do valor;
- (d) aprovar, previamente à sua celebração, contratos e aditivos (exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual) entre a Companhia e qualquer Parte Relacionada, conforme definido nos documentos de governança da Motiva, que contempla, dentre outras, a definição prevista nas normas contábeis vigentes, em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (e) aprovar, previamente à sua celebração, contratos e aditivos (exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual) com qualquer terceiro, com valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (f) aprovar a aquisição, alienação, renúncia a direitos, transferência e/ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente de valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (g) aprovar doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos, cujo valor seja igual ou superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (h) aprovar a concessão de garantias ou contragarantias pela Companhia em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ficando vedadas as garantias em favor de terceiros, inclusive acionistas;
- (i) aprovar qualquer ato, empréstimo e/ou financiamentos a serem tomados pela Companhia, em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo vedados aqueles cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão;
- (j) aprovar o resgate, amortização, recompra ou qualquer outro título de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (k) aprovar a assinatura, pela Companhia, de quaisquer aditamentos ao Contrato de Concessão;
- (l) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, instruídas pelo parecer dos auditores independentes, relatório da administração e contas apresentadas pela Diretoria;

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

- (m) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos, bem como deliberar, *ad referendum* da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, bem como aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio em cada exercício social, nos termos dos artigos 30, 31 e 32 deste Estatuto Social;
- (n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (o) convocar a Assembleia Geral dos acionistas, sempre que necessário ou exigido por lei;
- (p) aprovar a propositura de ações judiciais contra os poderes públicos federal, estaduais ou municipais, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais;
- (q) fiscalizar a gestão da Diretoria, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- (r) aprovar a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (s) aprovar operações ou contratações de “*hedge*” a serem realizados pela Companhia que não se enquadrem na política financeira da Motiva.

Parágrafo Único. A aprovação de quaisquer matérias previstas no artigo 16 deverá observar, no que for aplicável, os documentos de governança da Motiva.

Artigo 17. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos seus membros.

Artigo 18. Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões pessoalmente, por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata ou enviar por escrito sua concordância com o respectivo conteúdo. Serão considerados válidos os votos dos membros do Conselho de Administração que tenham sido enviados, por escrito, antes da reunião do Conselho de Administração.

Artigo 19. Serão lavradas no livro próprio as atas das reuniões do Conselho de Administração, que adquirirão validade e eficácia mediante a assinatura de tantos conselheiros quantos necessários para constituir a maioria exigida para deliberação das matérias constantes da ordem do dia da reunião.

CAPÍTULO VI DIRETORIA

Artigo 20. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

Artigo 21. A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo, 04 (quatro) Diretores de reconhecida competência profissional, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 22. Dentre os Diretores eleitos, 1 (um) será designado Diretor Presidente, 1 (um) será designado Diretor de Relações com Investidores e 2 (dois) Diretores sem designação específica, sendo permitido o acúmulo de cargo da Diretoria da Companhia por uma mesma pessoa.

Parágrafo 1º. Nos impedimentos ou ausências de qualquer um dos Diretores, qualquer um dos demais poderá substituí-lo, sendo que o substituto exercerá os cargos cumulativamente.

Parágrafo 2º. Em caso de vacância de quaisquer cargos de Diretor, assumirá interinamente qualquer outro Diretor, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, até a primeira reunião do Conselho de Administração, que designará o novo Diretor. O Diretor substituto exercerá os cargos cumulativamente, até a eleição e posse do novo Diretor.

Parágrafo 3º. O Diretor que substituir outro Diretor na forma do presente artigo não fará jus a qualquer remuneração adicional.

Artigo 23. Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente:

- (a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (b) Orientar e coordenar a atuação dos demais Diretores;
- (c) Dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e suas controladas;
- (d) Manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das operações da Companhia; e
- (e) Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- (a) Prestar informações aos investidores e à CVM;
- (b) Manter atualizado o registro da Companhia perante as entidades reguladoras dos mercados de balcão; e
- (c) Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e, sob a orientação e coordenação do Diretor

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

Presidente, exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24. A Diretoria, como órgão colegiado, exercerá as seguintes atribuições:

- (a) Elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral;
- (b) Estabelecer diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pela Assembleia Geral e diante das políticas da Motiva;
- (c) Apresentar, sempre que solicitada pelos acionistas da Companhia, a evolução geral dos negócios da Companhia; e
- (d) Deliberar sobre outros assuntos que julgue de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pela Assembleia Geral.

Artigo 25. Ressalvados os casos previstos nos parágrafos deste Artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

- (a) De dois Diretores; ou
- (b) De um Diretor em conjunto com um procurador; ou
- (c) De dois procuradores com poderes específicos.

Parágrafo 1º. A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos:

- (a) Receber citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- (b) Receber quitação de valores devidos pela Companhia;
- (c) Representar a Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe
- (d) Representar a Companhia nos mandatos com cláusula *ad judicium*;
- (e) Representar a Companhia em depoimentos judiciais e em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos;
- (f) Assinar correspondência, resposta de ofício, notificação e demais documentos que não implique na assunção de responsabilidade e/ou obrigações pela Companhia;
- (g) Celebrar acordos judiciais e extrajudiciais;
- (h) Assinar declarações, defesas, recursos e petições no âmbito de processos administrativos;
- (i) Obter certificações digitais perante as entidades certificadoras; e
- (j) Praticar atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRANS, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

Parágrafo 2º. O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas um Diretor ou um procurador regularmente constituído ou ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

Parágrafo 3º. Os instrumentos de mandato, com exceção do previsto nos parágrafos 5º e 6º deste artigo, serão sempre firmados por dois diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, salvo aqueles para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 4º. O limite de prazo disposto no parágrafo terceiro supra não se aplica às procurações outorgadas pela Companhia, necessárias à consecução de contratos de financiamento a serem firmados eventualmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Nesse caso, as procurações que vierem a ser outorgadas deverão permanecer vigentes até o total cumprimento das obrigações previstas em tais financiamentos.

Parágrafo 5º. Especificamente para representação da Companhia por prepostos em audiências, judiciais e extrajudiciais de qualquer natureza, os instrumentos de mandato poderão ser firmados por: (i) um Diretor da Companhia em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos para esse fim, ou ainda, na impossibilidade da outorga nos termos do item (i) deste parágrafo, e (ii) dois procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos para esse fim.

Parágrafo 6º. Especificamente para outorga de instrumento de mandato pela Companhia para representação ativa e passiva, em Juízo e/ou fora dele, por advogados contratados para estas finalidades, poderão ser firmados por: (i) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes especiais e específicos para esse fim, ou ainda, (ii) 02 (dois) procuradores sempre em conjunto, com poderes especiais e específicos para esse fim.

CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL

Artigo 26. A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Artigo 27. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

Artigo 28. A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único. A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, previstos neste Estatuto, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do contrato de concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros.

Artigo 29. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (i) levantar balanços intermediários, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; ou (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

Artigo 30. O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda.

Artigo 31. Os dividendos, inclusive os intermediários, e juros sobre capital próprio pagos ou creditados serão imputados ao dividendo obrigatório.

Artigo 32. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO IX LIQUIDAÇÃO

Artigo 33. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos na lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante ou liquidantes e o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X CASOS OMISSOS

Artigo 34. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral da Companhia, com base na legislação aplicável.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

CNPJ Nº. 09.326.342/0001-70

NIRE Nº. 31.300.026.426

COMPANHIA ABERTA

**CAPÍTULO XI
PODER CONCEDENTE**

Artigo 35. A Companhia deverá obter o registro como companhia de capital aberto junto à CVM, no prazo de até dois anos a partir da Data de Assunção do Contrato de Concessão, mantendo tal condição durante todo o Prazo da Concessão e sua eventual prorrogação.

Artigo 36. As seguintes deliberações, negócios ou registros somente poderão ser adotados, celebrados ou efetivados pela Companhia depois de ser obtida a prévia e expressa aprovação da ANTT e observadas as disposições legais:

- (a) quaisquer operações que importem em transferência da concessão ou modificação da composição do controle acionário, direto ou indireto;
- (b) a outorga dos direitos emergentes da Concessão em garantia dos financiamentos contratados, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução das obras e serviços objetos da Concessão e nos termos do Contrato de Concessão, tais como as receitas de exploração do Sistema Rodoviário;
- (c) qualquer redução do capital social abaixo do valor mínimo permitido pela ANTT;
- (d) alienação ou transferência de posse de bens da Concessão, nas hipóteses em que a anuência prévia da ANTT seja exigida pelo Contrato de Concessão; e
- (e) quaisquer outros atos sujeitos à anuência prévia da ANTT nos termos do Contrato de Concessão, seus anexos e regulamentos aplicáveis.

Artigo 37. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Concessão, é vedado à Companhia:

- (a) Conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou Partes Relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado; e
- (b) Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas Partes Relacionadas e/ou terceiros, exceto quando se tratar de operações de financiamento estruturadas, nos termos do Contrato de Concessão e com a anuência da ANTT, quando aplicável.
